

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE PARINTINS-CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

CYLON HERMIDA BARROS JÚNIOR

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AULA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE
PARINTINS.**

**Parintins – AM
2018**

CYLON HERMIDA BARROS JÚNIOR

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A AULA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE
PARINTINS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção do título
de Licenciatura do Curso de Geografia, da
Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Orientador: MSC. João Bosco Brasil

Parintins – AM

2018

CYLON HERMIDA BARROS JÚNIOR

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA:

Um estudo de caso sobre a aula de educação ambiental em uma escola estadual na cidade de Parintins (AM).

Trabalho final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Parintins, 06 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Msc. João Bosco Brasil
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Camilo de Souza Ramos
Universidade do Estado do Amazonas

A todas a pessoas que contribuíram para minha formação acadêmica. Principalmente a minha família, pelo apoio no decorrer deste percurso.

DEDICO!!

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado a força necessária para superar os momentos em que pensei em desistir. Foram quatro anos de muitos passos pesados pois o caminho não se mostrou fácil de ser alcançado, essa vitória em estar finalizando o curso de graduação na Universidade do Estado do Amazonas- UEA torna-se um orgulho proporcionado pela força com a qual Deus ofereceu.

Agradeço também a toda a minha família, e lógico em especial aos meus pais, Maria José e Cylon Barros por terem me dando o ensino inicial que só a família pode oferecer, sempre me apoiaram e me incentivaram a ser um homem responsável, meu pai não teve a honra de me ver conquistar essa vitória mesmo assim sei que iria se orgulhar. Hoje tenho um padrasto que merece muitos agradecimentos por sua dedicação em me auxiliar em vários momentos em que precisava de segurança. Agradeço a Eliziany Tavares por iniciar esta jornada comigo e não deixar que eu desistisse ou fraquejasse, merece os meus agradecimentos, obrigado!

Ao meu professor orientador, Bosco Brasil, por sua ajuda e ensinamentos, sua constante compreensão das dificuldades pelas quais enfrentei. Sempre pronto e prestativo, nunca mediu esforços em ajudar.

A todos os meus amigos da UEA, Eliane, Regerson, Lauro, Juvelino, Mara, Wilkison e tantos outros que atuaram de forma muito importante nos anos de graduação. Aos amigos pessoais que me dedicaram seu apoio para concluir essa etapa, Rangel, Hilquiane e Vanessa, obrigado por palavras de persistência e força. Amiga Brenna que entrou na minha vida em um momento essencial, motivando minha Fé. A Sr^a Nilda Mara pelo apoio nas horas necessárias e sempre me motivar a terminar a graduação. A cada um dedico uma gratidão especial, pois existiram palavras ou ações que me incentivaram a chegar até o fim desta etapa.

Obrigado pela compreensão, discussão e alegrias que estas amizades me proporcionaram.

Obrigado, muito obrigado.

Lugar secreto

Tu és tudo o que eu mais quero
O meu fôlego, Tu és
Em Teus braços, é o meu lugar
Estou aqui, estou aqui

Pai, eu amo Sua presença
Teu sorriso é vida em mim
Eu seguro em Suas mãos
Confio em Ti, confio em Ti

Quero ir mais fundo
Leva-me mais perto
Onde eu Te encontro
No lugar secreto
Aos Teus pés, me rendo
Pois a Tua glória quero ver
0

Pai, eu amo Sua presença
Teu sorriso é vida em mim
Eu seguro em Suas mãos
Eu confio em Ti, confio em Ti

Gabriela Rocha / Hananiel Eduardo

RESUMO

Esta pesquisa teve como foco, o ensino de educação ambiental como conteúdo transversal em uma aula da disciplina geografia, em uma escola pública Estadual localizada na cidade de Parintins (AM). Entende-se que o processo educativo é dinâmico. Nesse processo de ensino e aprendizagem é essencial conhecermos a realidade da educação ambiental trabalhada nas aulas de geografia. Como os alunos compreendem este conhecimento, como o professor ensina este conhecimento, e como este conteúdo transversal contribui para a construção do conhecimento geográfico do aluno. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar como o ensino da educação ambiental está acontecendo nas aulas de geografia em uma escola pública no município de Parintins (AM). Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como descritivo de natureza qualitativa, utilizou-se da dialética, como método de procedimento empregou o estudo de caso, valeu-se na coleta de dados de entrevistas, observações *in loco* e questionários estruturados, a análise foi realizada conforme os métodos apresentados nessa pesquisa. O ensino de educação ambiental nas aulas de geografia acabou por estimular nos discentes a curiosidade sobre como eles fazem parte de uma interligada vida de relações sociais, ambientais e culturais. A partir da contextualização do conteúdo com suas vivências os discentes acabam dialogando com o professor, tornando-se aulas mais interessantes para a construção de um pensamento crítico acerca de suas vivências. Por fim, o ensino da educação ambiental no ensino de geografia acaba contribuindo para a formação de um aluno com pensamento crítico. Os professores com suas formas diferentes formas de ensino, compreendem a importância desse conteúdo transversal para a compreensão da realidade pelo estudante.

Palavras chaves: Ensino. Geografia. Educação Ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Apresentação do projeto.....	28
Figura 2 - Apresentação da composteira dos alunos.....	30
Figura 3 - Composteira confeccionada pelos alunos.....	31

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA PRÁTICA NAS SALAS DE AULA.....	11
1.1 Marcos histórico sobre a educação ambiental	11
1.2. A educação ambiental no Brasil	14
1.3. O ensino e as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.....	16
1.4. O exercício da educação ambiental em sala de aula.....	17
2. AS RESPONSABILIDADES DA ESCOLA E DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA APRENDIZAGEM.....	19
2.1. O papel da escola	19
2.2. O ensino de geografia na escola.....	20
2.3. Geografia formadora do ser crítico e social	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1. Área de estudo.....	24
3.2. Características da pesquisa	24
3.3. Unidade de análise da pesquisa	25
3.4. Coleta de dados	25
3.5. Análise dos dados.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1. <i>Práxis</i> em educação ambiental: a aplicação de um projeto em educação ambiental em uma escola em Parintins.	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

O ensino de geografia objetiva construir um conhecimento geográfico sobre a sociedade em que o aluno está inserido. Este objetivo está implementado nas leis que regem a educação no Brasil. Para a formação desse conhecimento geográfico o ensino de geografia abrange vários conteúdos, um deles foi a base para esta pesquisa, o ensino da Educação Ambiental.

Neste sentido, esta pesquisa teve como foco, o ensino de educação ambiental como conteúdo transversal em uma aula da disciplina geografia, em uma escola pública Estadual localizada na cidade de Parintins (AM). Entende-se que o processo educativo é dinâmico, e só a partir de um enfoque qualitativo poderíamos buscar respostas.

Dessa forma, é essencial conhecermos como este ensino está sendo trabalhado nas aulas de geografia, como os alunos veem este conhecimento, como o professor socializa este conhecimento, e como este conteúdo transversal contribui para a construção do conhecimento geográfico do aluno. A pesquisa nasceu da observação de professores e alunos dentro das aulas de geografia, e de interações extraclasse observadas durante o período de estágio do curso de geografia.

A partir dessa experiência, levantou-se algumas perguntas: como o ensino de geografia está ocorrendo nas salas de aula do ensino fundamental em uma escola pública? Os alunos estão conseguindo assimilar e compreender o que lhes é passado sobre a educação ambiental nas aulas de geografia?; O ensino de geografia está formando nos alunos os conhecimentos geográficos? Quais são os meios pedagógicos utilizados pelos professores de geografia em sala de aula? E como estes meios interferem na aprendizagem dos alunos dentro da aula de geografia?

Neste contexto, e partindo das seguintes questões norteadoras. A educação ambiental contribui para a formação do senso crítico do aluno a partir de suas vivências; as aulas de educação ambiental contribuem para instigar a curiosidade e o comprometimento dos alunos no ensino de geografia. Para confirmar ou refutar tais direcionamentos, foi necessário a organização de um projeto de educação ambiental em aulas de estágio supervisionado para refletir sobre a educação ambiental na disciplina geografia.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar como o ensino da educação ambiental está acontecendo nas aulas de geografia em uma escola pública no município de Parintins. E específicos: construir uma base teóricos do ensino da educação ambiental nas escolas públicas de ensino fundamental; identificar como os alunos estão compreendendo a

educação ambiental em sala de aula e em sua vida; verificar que meios pedagógicos estão sendo utilizados pelos professores de geografia em sala de aula e como estes meios interferem na aprendizagem dos alunos dentro da aula de geografia.

Neste trabalho utilizou-se do método dialético. A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter descritivo. Optou-se pelo estudo de caso. Para alcançar os objetivos precisou-se inicialmente da pesquisa bibliografia, a fim de construir uma base teórica para a pesquisa. Por conseguinte, foram utilizadas, observações simples (*in loco*,) nas aulas de ensino de geografia, entrevistas estruturadas e aplicação de questionários e com professores e estudantes de ensino fundamental. A análises e interpretações foram realizadas com base em autores relacionados ao tema de estudo

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos: O primeiro, perpassa pelos marcos históricos da educação ambiental no mundo e no Brasil, a legislação da educação ambiental e o ensino desse conteúdo em sala de aula; o segundo capítulo aborda questões relacionadas com o papel da escola, o ensino de geografia e o pensamento crítico do aluno, no terceiro capítulo estão os procedimentos metodológicos do trabalho; E por último, no quarto capítulo, estão os resultados e discussões.

1. A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA PRÁTICA NAS SALAS DE AULA.

1.1 Marcos histórico sobre a educação ambiental

A educação ambiental surge de um viés tradicional ambiental e não de uma tradição pedagógica-ambiental. Matos (2009) argumenta que a origem da educação ambiental remonta os movimentos ambientais, porém não desaprecia as teorias educacionais fundamentais para a *práxis* em educação ambiental. Dessa forma, diante da pesquisa na área do ensino de geografia com ênfase em educação ambiental, considera-se a necessidade de darmos relevância aos movimentos ambientais necessários para que hoje reconheça-se a importância do ensino em educação ambiental no espaço escolar.

Os movimentos ambientais surgiram de uma percepção de uma crise ambiental global. Nascimento (2012), argumenta que essa percepção teve suas raízes plantadas na década de 1950, quando ficaram evidentes problemas ecológicos oriundos do modelo de desenvolvimento econômico vigente. “Iniciasse uma tomada de consciência crítica de que o crescimento (e por extensão, à sociedade de consumo) ligado aos ideais da razão ocidental burguesa e aos valores da cultura industrial estão associados à destruição do meio ambiente” (RAMOS, 2001, p. 202).

Diante do contexto de crise ambiental, criou-se um clima favorável ao movimento ambientalista. Ramos (2001) ressalta que nesse período houve um envolvimento da sociedade civil, fortalecendo os movimentos sociais em torno dos quais se agregou e ampliou o ambientalismo e se ergueu a bandeira da ecologia. Um tom crítico foi criado em torno da direção que a sociedade está tomando, buscando entender seu significado e uma nova alternativa perante a crise ambiental. “Embora de formas diferenciadas, essa consciência ecológica cresceu e gradualmente foi se materializando no seio da opinião pública” (COSTA LIMA, 1999, p. 137).

Vale ressaltar que não foi no movimento ambientalista que surgiu a preocupação ambiental, neste ocorreu um acréscimo no debate. Como ressalta Matos (2009):

[...] o movimento ambientalista não foi o início de nossos questionamentos sobre a relação humana com a natureza, seu principal mérito foi recolocar no atual contexto as reflexões acumuladas sobre o que significa a nossa existência e o que é ser natureza, e levar isso a uma esfera pública de decisão dos caminhos a serem

construídos pela sociedade. Isso foi possível a partir do surgimento do que chamamos hoje propriamente de “questão ambiental” (MATOS, 2009, p. 17).

Apesar da preocupação ambiental remontar a antiguidade, esse movimento foi fundamental para o fortalecimento do viés ambiental, ampliando a visibilidade da “questão ambiental” e fortalecendo o embate de ideias de forma materializada. Nesse contexto, “Publicações [...] repercutiram os problemas ambientais crescentes e impulsionaram o movimento ambientalista” (MATOS, 2009, p. 18). “O livro “Primavera Silenciosa” [...], de Raquel Carson, publicado em 1962, foi a primeira reação, ou a primeira crítica mundialmente conhecida dos efeitos ecológicos da utilização generalizada de insumos químicos e do despejo de dejetos industriais no ambiente” (CELSO, 2002, p. 24).

Outra publicação de grande repercussão foi o relatório conhecido como “os limites do crescimento do clube de Roma em 1972. “Onde se fazia uma previsão bastante pessimista do futuro da humanidade, caso as bases do modelo de exploração não fossem modificadas (CELSO, 2002, p. 25), “No relatório produzido denunciavam que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e provavelmente a um colapso” (MATOS, 2009, p. 19). “O relatório rompe com a ideia da ausência de limites para exploração dos recursos da natureza, contrapondo-se claramente à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial” (VAN BELLEN, 2002, p. 23).

No mesmo ano e impulsionada pela repercussão do relatório do clube de Roma é realizada em Estocolmo (Suécia), a I Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano. Esta “foi a “primeira na história da humanidade em que políticos, especialistas e autoridades de governo [...] se reuniram para discutir as questões ambientais (TALAMONI *et al.*, 2018, p. 61). Entre as inúmeras medidas técnicas e institucionais adotadas, surge a educação ambiental como proposta internacional emergente (RAMOS, 1996, p. 09).

Neste encontro foi criado um plano de ação mundial, neste se deu maior relevância a um programa Internacional de Educação Ambiental. Nos dizeres de Souza (2011), na conferência foi definido um plano de ação mundial com diretrizes para um programa internacional sobre educação ambiental (SOUZA, 2011, p. 14). Este encontro se tornou um marco inicial para a educação ambiental. A educação ambiental então surge como um instrumento de combate a crise ambiental. “Com o objetivo de despertar a consciência ecológica dos indivíduos para uma utilização mais racional dos recursos do Universo (RAMOS, 2011, p. 09).

Observada a importância da abordagem educacional para a questão ambiental em consequência e seguindo a recomendação da conferência de Estocolmo criam-se estratégias

para a implementação da educação ambiental. Em 1975 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em consonância com o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente, criam o Programa Internacional de educação Ambiental (PIE) (COSTA LIMA, 1999; BARBIERI; SILVA, 2011; SOUZA, 2014). Com “o objetivo de promover o intercâmbio de ideias, informações e experiências em Educação Ambiental entre as nações de todo o mundo (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 55).

No mesmo ano cria-se a Carta de Belgrado. De acordo Matos (2011), essa carta foi o primeiro documento oficial dedicado a educação ambiente, como resultado do Seminário Internacional sobre Educação Ambiental (1975) em Belgado (Sérvia), realizada pelo Programa Internacional de educação Ambiental (PIE). A “Carta de Belgrado”, consistindo em uma estruturação global da educação ambiental e importante marco ao futuro sustentável para todos os povos de nosso planeta (TALAMONI *et al.*, 2018, p. 61). Barbieri e Silva (2011) acrescentam:

A Carta de Belgrado estabeleceu que a meta básica da ação ambiental seria melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele, com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 55).

Este documento teoricamente norteador para o ensino de educação ambiental com enfoque interdisciplinar, explorando principalmente as dimensões antropológicas e ecológicas e voltada para o ensino. “[...] a educação ambiental é ainda encarada segundo uma perspectiva de equacionamento dos problemas locais e regionais, de forma a estimular o espírito crítico e facilitar um crescente tomada de consciência dos mecanismos que estão em jogo nas situações problemáticas que afetam a vida (RAMOS, 1996, p. 15). Visando a melhoria da qualidade do ambiente e da vida das pessoas.

Dois anos depois, em 1977, ocorre a I conferencia intergovernamental de educação ambiental, em Tbilisi, Geórgia (Conferência de Tbilisi). De acordo com Costa Lima (1999) este encontro é considerado um dos eventos decisivo para a educação ambiental, uma vez, que nesse encontro foram elaborados os objetivos, princípios, estratégias e recomendações para a educação ambiental. Bem como “o estabelecimento de critérios visando subsidiar, orientar e desenvolver programas nacionais e internacionais de educação ambiental (DIAS, 2004; SORRENTINO; TRAJBER, 2007; TALAMONI *et al.*, 2018).

Dez anos depois, em 1987, ocorreu o Congresso Internacional Sobre Educação e Formação Relativa ao meio Ambiente, em Moscou, Rússia (Congresso de Moscou). “O conjunto de ações estabelecidas [...] tinha como objetivo tomar-se um verdadeiro plano de ação, inclusive com a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, insistindo na necessidade de treinar e qualificar pessoal” (RAMOS, 1996, p. 23). Neste congresso traçou-se estratégias para a formação de recursos humanos para transmitir conhecimentos sobre a Educação Ambiental, assim como a inclusão desse conteúdo nos currículos, abrangendo todos os níveis de educação.

Em 1992, foi realizada a II conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, no Rio de Janeiro, Brasil (Rio 92) em paralelo a este evento foi realizada a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Nesse último, foi produzido um dos últimos e significativos documentos internacionais norteadores da educação ambiental, o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (COSTA LIMA, 1999, p. 139). Na agenda 21, documento resultante da Rio 92, “o relatório dedica especial atenção à educação e à Educação Ambiental em especial como meios para alcançar o desenvolvimento sustentável (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 57).

1.2. A educação ambiental no Brasil

Enquanto discutia-se as questões ambientais pelo mundo, o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar. Isso fez com que as questões ecológicas chegassem de forma tardia em nosso país e em um primeiro momento tivessem uma reduzida politização (MATOS, 2009, p. 37). Nesse período “era consenso das elites dominantes a ideia de crescimento acelerado e predatório herdado da ideologia dominante de então” (RAMOS, 1996, p. 79). Tinha-se a ideia de crescimento a qualquer custo, reprimindo qualquer manifestação de cunho ambiental.

Sob forte pressão internacional, o debate ambiental, restrito até então, começa a ganhar força. Loureiro (2008), ressalta que em 1973, no âmbito do Estado, sob a égide do regime militar, muito mais pela forte pressão internacional do que pelo movimento social de cunho ambiental é instaurado o debate ambiental no Brasil. “A preocupação inicial efetiva [...] era o plano internacional de investimentos, e não o valor intrínseco da questão ambiental” (MATOS, 2009, p. 24). Não era uma verdadeira preocupação ambiental, mas uma contrapartida a governos internacionais que exigiam a gerencia ambiental, como forma de conceber empréstimos a países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Criam-se então, instituições para gerir o meio ambiente, de forma restrita. A primeira instituição criada, foi a secretária Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, como forma de cumprir as exigências internacionais. “Que originou no plano governamental uma estrutura voltada para regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente” (MATOS, 2009, p. 37). As demais agências de meio ambiente, conforme Ramos (1996), só começam a agir mais efetivamente a partir da década de 80.

A partir da década de 80, políticas ambientais e de educação ambiental começam verdadeiramente a ganhar força. Nesse período “os setores da educação e meio ambiente ganharam grandes avanços, conseguindo as bases legais para a união oficial entre a educação e a defesa do meio ambiente” (OLIVEIRA, 2006, p. 162.). Normas são criadas, a educação ambiental ganha respaldo com a promulgação da nova Lei nº 6.938/81 que institui a Política nacional do Meio Ambiente. Com a lei criou-se “o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e estabeleceu os princípios, bases diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional” (MOURA, 2016, p. 16).

A educação ambiental passa a ser entendida como política pública. Conforme Matos (2009), com a carta magna de 1988, estabeleceu a necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A educação ambiental passa a ser considerada direito de todos e dever do Estado. Com a nova constituição, criou-se também “condições para a descentralização da formulação de políticas, permitindo que estados e municípios assumissem uma posição mais ativa nas questões ambientais locais” (TANNOUS; GARCIA, 2008, p. 193).

Importantes políticas públicas para a educação ambiental foram desenvolvidas na década de 90. Em 1992, conforme Oliveira (2006), ocorreu a realização da Rio/92 e do fórum global, com a elaboração de documentos importantes para quem quer praticar educação ambiental (Agenda 21, A Carta da Terra, A Carta Brasileira para Educação Ambiental e o Tratado de Educação ambiental para Sociedades Sustentáveis). Nesse mesmo ano, “foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA); [...] o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais renováveis (IBAMA); [...] Núcleos de Educação Ambiental e os Centros de educação Ambiental” (MATOS, 2009, p. 34).

Dois anos depois, em 1994 é elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Esse Programa discorre sobre as diretrizes, objetivos e ações em educação ambiental [...] e menciona a educação ambiental enquanto prática dialógica que objetiva o desenvolvimento de consciência crítica da sociedade brasileira (MATOS, 2009). E em 1997, com base na lei de Diretrizes e bases de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

foram concluídos. Nestes últimos é indicada a inclusão da educação ambiental no currículo das séries iniciais de forma transversal (OLIVEIRA, 2006, p. 162.).

Nos anos 2000 novos avanços no ensino de educação ambiental acontecem. Em 2002 foi regulamentada a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, através do Decreto 4.281 do poder executivo (OLIVEIRA, 2006, p. 162.). A Educação Ambiental assume uma dinâmica intensa em termos político-institucionais e de projetos de formação de amplos setores sociais (Loureiro, 2008, p. 04). A um fortalecimento da educação nos mais diversos campos do ensino e da aprendizagem e a integração dessa modalidade nas diversas questões que envolvem a questão ambiental.

1.3. O ensino e as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental

A resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, afirmar condições e regulamentações sobre o ensino da Educação Ambiental em seus níveis de ensino. O Art. 1º vem estabelecer que as Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para o ensino da Educação Ambiental requerem uma atuação nos princípios do ensino das instituições de Educação Básica e também no Ensino Superior como prática, conforme determinação na Constituição Federal e pela Lei nº 9.795/1999, que delibera descrições acerca da Educação Ambiental a estabelece como Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA.

Formaliza os seguintes objetivos no capítulo I. No inciso I é definido que existe a necessidade de fornecer a organização entre o meio ambiente, contextualizado de forma histórico e sociocultural, o relacionando com todas as suas categorias físicas, emocionais, intelectuais e culturais. Dialogando entre ambas para o desenvolvimento dos sujeitos provendo sua formação. No inciso II existe o esclarecimento quanto necessidade de ser inserida na formulação, execução e avaliação dentro dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino a Educação Ambiental, de forma integrante e influente no currículo. O inciso III se refere a formação dos professores que atuaram na Educação Básica, e de que a eles devem ser constituídas a Educação Ambiental. Assim como no inciso IV se refere estes preceitos devem ser adotados em todos os sistemas educativos.

A Educação Ambiental no Art. 2º e definida como atividade da prática social. Cria um caráter social respeitando o desenvolvimento individual entre a natureza e seres humanos, tendo como finalidade de torná-la prática social e de ética ambiental. O Art. 3º enriquece a Educação Ambiental como a construtora de conhecimentos e desenvolvimentos de habilidades, atitudes e valores sociais enfatizando o cuidado com a vida, a justiça e a equidade

socioambiental. Em relação a proteção do meio ambiente este artigo faz referência a dois meios ambientais, o natural e construído, ambos são existentes e se fazem presentes nas relações de vivência dos seres humanos. O Art. 4º atribui a Educação Ambiental ser formada pela responsabilidade cidadã, pois nela são abordadas as relações dos seres humanos entre si e entre sua sociedade com a natureza.

Os artigos 5º e 6º, efetivamente determinam que a Educação Ambiental não deve ser considerada ou abordada como conteúdo meramente de criação de um senso de preservação da natureza. Estes entendem que a mesma tem influência direta na relação homem com a natureza e homem entre si. Afirma que a mesma tem que assumir uma posição e com ela defender valores, interesses, visões de mundo assumindo uma prática educativa concretizada e articulada de forma independente de questões políticas, pedagógicas, socioculturais. Assim, tendo assim uma visão despolitizada, assumindo postura crítica não sendo neutra. Tais características devem estar presentes nas práticas pedagógicas das instituições de ensino.

1.4. O exercício da educação ambiental em sala de aula

A educação escolar não se limita a educar o aluno nas disciplinas tradicionais do ensino, tão pouco é nela que se inicia o processo de socialização do mesmo para a sociedade. Nos dizeres de Pontalti (2005), é uma sequência no processo de ensino/aprendizagem, que tem início residência do educando, em seu primeiro contato com o espaço social. Isso evidencia que todos os processos devem ser respeitados e entendidos para que suas responsabilidades fiquem claras. Desta forma, cabe ao professor exercer diante de suas responsabilidades, ser o exemplo com atividades acerca dos temas aos quais aborda em sala.

A educação ambiental está inserida no currículo escolar como um tema transversal. Deve ser trabalhada em todas as disciplinas tradicionais. Porém, ocorre uma dificuldade, a cultura de vê-la como tema secundário, mesmo sendo um dos assuntos de grande importância do grupo de temas transversais. Narcizo (2009) faz uma reflexão do tema no contexto dos planos nacionais curriculares (PCN's):

Neles estão inseridos os chamados temas transversais, assuntos de grande importância social que devem ser trabalhados em todos os conteúdos. São temas como ética, pluralidade cultural, orientação sexual e Meio Ambiente, entre outros. É nesse contexto, portanto, que deve ser trabalhada a Educação Ambiental. De acordo com as orientações dos PCN's, a Educação Ambiental, assim como todos os temas transversais, deve ser trabalhada de forma interdisciplinar (NARCIZO, 2009).

A reflexão exposta no mundo atual é a questão da expansão das cidades, e com isso o crescimento populacional. Deste modo, uma questão sempre está em evidencia, a questão do meio ambiente e a sua preservação, assim como, desenvolver no individuo receptor a socialização política do seu ambiente humano. Uma vez que com aumento populacional também é produzido uma enorme quantidade de resíduos sólidos, descartado sem o tratamento adequado.

A compostagem é um assunto criativo e bastante discutido nas escolas e universidades. Alunos, acadêmicos, professores e muitas escolas promovem ações sobre este assunto para a construção de uma consciência crítica e responsável pelo lugar em que vive. Como afirma Freire (2001, p. 14), o educador está de pose de técnicas e metodologias quando diz:

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes (FREIRE, 2001, p. 14).

Cabe ao professor criar condições para se utilizar a educação ambiental nas aulas. Buscando além de contextualizar com sua realidade local, instigar no aluno a curiosidade e a constante busca pela verdadeira aprendizagem. Neste contexto, Freire (2001, p. 14) argumenta que:

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 2001, p. 14).

A educação ambiental oferta ao professor temas e técnicas que com a criatividade do aluno. Estimular e instigar a curiosidade, que são traços fortes da infância e adolescência. Ao estimular, cria-se possibilidades de despertar essa inquietação, uma vez estimulada, torna-se uma busca constante pelo conhecimento (MORIN, 2003).

2. AS RESPONSABILIDADES DA ESCOLA E DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA APRENDIZAGEM

2.1. O papel da escola

Qual é o papel da escola? Antes é necessário a compreensão do conceito de escola. No dicionário Aurélio escola, é o estabelecimento público ou privado onde se ministra o ensino coletivo. Partindo desse conceito, entende-se como a escola é compreendida, bem como, as linhas de pensamentos que são esboçadas partindo de tais princípios. Nesse sentido, a escola baseia-se em um modelo social de seu reflexo e das variantes sociais próprias a cada indivíduo.

A escola tem sido compreendida como aparelho para solucionar problemas sociais. Nessa linha de pensamento, concebe-se que está é responsável pela solução das mazelas da sociedade. Atribuí a ao espaço escolar à difícil tarefa de solucionar problemas sócias que fogem de seu campo de atuação. A escola deve estabelecer limites, a fim de saber o seu campo de atuação, dessa forma ela transmite e delega responsabilidades no que diz respeito a família e assim desenvolver parceria

Dessa forma, o papel central da escola, acaba ficando em segundo plano. Uma vez que o centro de atuação da escola, que é, alfabetizar, ensinar a geografia, história, ciências, preparar indivíduos. Instruir o estudante com instrumentos para que possam ser capazes de construir o futuro e modificar sua realidade com intuito de obter melhor qualidade de vida e compreender o seu papel nesse processo, assim, transformando uma sociedade.

A escola tem o papel não apenas de alfabetizar. Prepara indivíduos capazes de conviver com as mudanças culturais, políticas, econômicas da ciência e das diferentes técnicas de ensino aprendizagem. No mundo atual o papel da escola é evidenciado em várias sociedades como indispensável para a construção do pensamento crítico de uma sociedade. Seu maior objetivo e preparar os indivíduos para a vida em sociedade, onde o mesmo tem que saber se posicionar frente aos acontecimentos e transformações do meio aonde está inserido.

A sociedade está em constante transformação. Influenciando o ambiente escolar, a forma que o ensino, posteriores ações, ou seja, a escola se transforma em um ambiente de interações social, influenciada pelo mundo externo. Hoje a escola tem um papel social influenciador nos indivíduos por que é através dela que a criança interage com o outro, aprende e muda suas ações a partir do que o foi ensinado, sendo assim um elemento de transformação social. A partir desse contexto, valores socioculturais surgem neste ambiente

fazendo com que tenha mais autonomia para preparar e inserir ações dentro e fora da escola, ou seja, a interação escola e sociedade.

Esta contribuição social faz com que a escola seja um elemento transformador. Para Gadotti (1995), um verdadeiro processo educativo não se restringe à aquisição de habilidades e conhecimentos, mais pressupõe o desenvolvimento do indivíduo, para que lhe seja assegurado o direito de participar ativamente no seio da sociedade, no trabalho, no lazer, na cultura e entre outros. Essas atribuições ultrapassa os muros da escola. Uma vez que a escola não é uma célula isolada e deve está integrada às ações da própria sociedade (AQUINO JUNIOR, 2007, p. 79).

Deste modo, um dos protagonistas desse processo é o professor. É por meio do trabalho realizado em sala de aula que os ensina, prepara, os instiga a crescer, tanto intelectualmente como socialmente. Por esta questão este profissional tem de estar sempre se reinventando, buscando meios de ensino, para proporcionar futuras ações. Como destaca Pereira e Andrade (2003):

Hoje vivemos uma época de reinvenção da educação e da instituição pedagógico-educativa, e os fundamentos, os valores e os métodos que sustentaram a produção da profissão docente estão postos em questão. A evolução social e a transformação dos sistemas educativos demandam a revisão dos fundamentos e nortes do trabalho e do trabalhador da educação, da pratica educativa e da formação do educador (PEREIRA; ANDRADE, 2003).

Deste modo, evidenciamos que assim como a escola, o professor também deve estar inserido nesse processo de reinvenção, acompanhando evolução social. Contudo, o papel da escola engloba várias vertentes educacionais, que juntas auxiliam no processo educativo dos indivíduos.

2.2. O ensino de geografia na escola

O ensino da geografia na escola tem como proposito educar o aluno para um pensamento crítico geográfico sobre as transformações da sociedade. Nos dizeres de Castrogiovanni (1984), o ensino da Geografia objetiva, levar o aluno a compreender as inter-relações existentes entre os elementos de formação e organização do espaço, acompanhando as constantes transformações decorrentes da ação humana em suas relações com o meio em determinado. A partir disso, Libâneo (2005) ressalta que o aluno deve ser capaz de saber se posicionar diante de situações tanto familiares, na comunidade, no trabalho, na escola e em

todas as instituições em que está inserido. É por meio desse posicionamento crítico que o aluno interpreta ações em sua volta e transforma para sua vivência em sociedade.

É na escola que as primeiras noções de espaço são evidenciadas a partir de diálogos entre professor e aluno. Cavalcanti (1998), ressalta que na relação de ensino e aprendizagem a uma interação sujeitos e objetos de conhecimento, sob a direção do professor que conduz a atividade do aluno ante o objeto, para que possa construir seu conhecimento. Nesse aprendizado as questões sócias ambientais são apresentadas para o aluno. Nessa perspectiva de transformação, uma educação de qualidade é essencial para a formação do aluno em um cidadão crítico.

O professor de geografia deve estar ciente que ensina as relações entre o aluno e o mundo, o país, o estado, a cidade, o bairro e a escola. Castellar, Moraes e Sacramento (2001 *apud* Cavalcanti 2013), argumentam que no ambiente escolar o conhecimento geográfico deve ser desenvolvido de forma a levar os alunos a analisar e aprender os diferentes conceitos a partir do seu cotidiano. Dessa forma, sua dedicação deve estar voltada a ensinar a ciência geográfica contextualizada com a vida do aluno, identificando que existem relações entre o seu cotidiano com o conteúdo que é ensinado em sala de aula. Rego *et al.* (2000) enfatizam tal importância:

Precisamos, como professores, gostar do que fazemos. Nem sempre escolhemos o que gostamos, mas devemos nos apaixonar pelo que escolhemos. Gostar dos alunos, de dar aulas, de enxergar que a ciência que escolhemos faz parte de um mundo de interações que proporcionarão o crescimento e o desenvolvimento dos alunos. (REGO, 2000, p. 105).

Ao buscar ser um verdadeiro professor de geografia, se ensinará na escola que todo conhecimento gera a busca pela verdade, de compreender sua origem, relações e influências. Deve existir a contextualização local assim como a temporal das realidades e acontecimentos no tempo presente nas aulas de geografia, desde forma existirá o diálogo entre o passado e o presente no ensino. Castrogiovanni (2007) argumenta que:

[...] a geografia que não valoriza as experiências dos alunos e seus diferentes “mundos” não trata a sala de aula com uma leitura dialógica. No seu discurso, ela encaminha para o conhecimento do conhecimento, pois tem como inquietude a busca constante da verdade do conhecimento. (CASTROGIOVANNI, 2007, p.39).

2.3. Geografia formadora do ser crítico e social

A escola é responsável de criar o sujeito social. Santos (1988) ressalta que a educação não tem como objetivo real armar o cidadão para uma guerra. Sua finalidade, cada vez menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. Dessa forma a deve forma cidadãos responsáveis e que compreendam seu mundo, não de forma competitiva e sim de conhecer o seu espaço.

Ainda Santos (1988), define que o espaço na educação da geografia é muito importante para definição do aluno como ser social, quando diz:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 1988, p. 10).

Desta forma, se reflete o papel da Educação Ambiental, como já exposto neste trabalho, de ir acolá dos limites ambientais, entrar nas relações sociais onde o espaço que é objeto de estudo da geografia é multável e tem relação direta entre indivíduo e os meios onde vive.

Conforme afirma Rego *et al.* (2000, p. 8), o educador conduz o aluno a entender o mundo físico quando diz: “O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamente do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona”. Essa deve ser explorada pelo professor. Freire (2001) acrescenta:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua submissão. [...] E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível e pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 2001).

O professor de geográfica no dever de suas funções, não deve se negar a contribuir com a formação crítica do aluno. O professor de geografia está de posse de técnicas e metodológicas que o auxiliarão a formar estudantes com pensamento crítico e comprometidos com a transformação social. Essa construção de um pensador crítico é em conjunto, e nesse processo ocorrerá o processo construção e reconstrução do conhecimento.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são essenciais para o processo de investigação. É por meio desses procedimentos que o pesquisador traça seus passos investigativos. Dessa forma, o investigador terá um direcionamento e uma compreensão clara de seus objetivos.

3.1. Área de estudo

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede estadual de ensino localizada na parte Nordeste da sede do município de Parintins. Distante 360 km em linha reta e 420 km via fluvial, da capital do Estado (AZEVEDO FILHO, 2013). Localizada em um conjunto de ilhas na margem direita do rio Amazonas (SOUZA, 2013). Sob as coordenadas Entre as coordenadas geográficas, 02° 63' 02" latitude sul e 56° 74' 48" longitude oeste.

A escola foi fundada em 1946 e autorizada a funcionar pela portaria de nº 1635 de 19/12/56. Em 1975, e firmado convênio com a Secretária de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), para o ensino de 2º grau (ensino médio), somente em 1980 estende-se o convênio para o recebimento de alunos da 5º a 8º ano (ensino fundamental). Hoje a escola conta com 523 do ensino fundamental (segundo ciclo) pela manhã, 506 do ensino fundamental pela tarde (primeiro ciclo) e 436 alunos do ensino médio (noturno) (CNPCPARINTINS, 2017).

3.2. Características da pesquisa

A pesquisa teve como método o dialético. Gadotti (1984), argumenta que na dialética a natureza se apresenta como um todo coerente na qual objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente, por meio do método dialético o fenômeno ou coisa estudada deverá apresentar-se ao leitor de tal forma que ele o apreenda em sua totalidade. Dessa forma, o método consiste na pura evidencia da realidade, fazendo o pesquisador ir além dos acontecimentos que se apresentam.

A dialética permite ao pesquisador uma interpretação dinâmica da realidade, ou seja, é a partir desse método que o mesmo evidencia ações por detrás do acontecimento, ações que proporcionaram a realidade apresentada. Deste modo, este método nos permitir uma interpretação dinâmica dos objetos ou objetos pesquisados durante a pesquisa sobre a educação Ambiental.

Este estudo caracteriza-se como descritivo de natureza qualitativa. A pesquisa descritiva, objetiva descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p. 28). A pesquisa qualitativa por sua vez “busca explicar o porquê das coisas, preocupando-se com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). Trabalha com o espaço mais profundo das relações que não podem ser quantificados.

Como método de procedimento optou-se pelo estudo de caso. Conforme Gil (2008), caracteriza-se essencialmente pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Esse método investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001).

3.3. Unidade de análise da pesquisa

Esta pesquisa teve como foco, o ensino de educação ambiental como conteúdo transversal em uma aula da disciplina geografia, em uma escola pública Estadual localizada na cidade de Parintins (AM). Buscou-se compreender a realidade da ambiente escola de ensino fundamental, uma vez que todo processo educativo é dinâmico, e só a partir de um enfoque qualitativo poderíamos buscar respostas. Os sujeitos da pesquisa foram o professor (s) do ensino fundamental que ministram a disciplina de geografia e seus respectivos alunos matriculados com idades ente 06 a 09 anos.

Para a realização desta aula foi necessário a organização de um projeto em educação ambiental em aulas de estágio supervisionado na disciplina de geográfico, sobre o tema a Produção de Compostagem, Cultivo e Plantio de Mudanças como Instrumento para Conscientização da Educação Ambiental de Alunos do Ensino Fundamental. O estágio supervisionado proporcionou uma pesquisa de caso que auxiliou a compressão das aulas de geografia, suas dificuldades e responsabilidades assim como os temas transversais exercem uma grande influência nos alunos.

3.4. Coleta de dados

A coleta de dados é uma das etapas fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa. Para isso é necessário da utilização de diversas técnicas de pesquisa necessárias para a coleta de dados. Para Marconi e Lakatos (2003), são vários os procedimentos para a

realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Nessa pesquisa, valeu-se de técnicas de pesquisa, necessárias para a coleta de dados. Primeiramente foi utilizada a pesquisa bibliografia – desenvolvida a partir de material já elaborado” (GIL, 2008, p. 50) –, para a estruturação de uma base teórica para o andamento da pesquisa. Neste foram realizadas pesquisas em busca de autores relevantes para a pesquisa, como: Castrogiovanni (1984); Gadotti (1995), Rego et al. (2000); Freire (2001); Pontalti (2005); Cavalcanti (2013). Por conseguinte, foi realizada a coleta de dados na área de estudo utilizando as ferramentas descritas abaixo.

Utilizou-se da observação simples. A observação para Marconi e Lakatos (2003), é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Nesta pesquisa foi usada a observação simples. Para Gil (2008), esta técnica consiste na observação espontânea da situação em estudo. Neste estudo precisou desta para acompanhar *in loco* a realidade do professor em uma atividade com enfoque em educação ambiental, bem como, a atitude e posicionamento dos alunos.

Outra técnica utilizada foi a entrevista estruturada. Gil (2008), define a técnica como aquela que o investigador (no caso o pesquisador) apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A diferentes tipos de entrevistas. Marconi e Lakatos (2003) ressaltam que a entrevista estruturada é aquela que segue um roteiro previamente estabelecido. A entrevista foi realizada com dois dos professores de geografia da escola, que atuaram diretamente com o projeto e aceitaram responder. A proposta da entrevista se fez necessária para obter mais informações acerca das dificuldades e formas pedagógicas que os mesmos utilizavam e responder aos questionamentos que o atual projeto gerou.

Valeu-se também de questionários. “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201). É “composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, [...] comportamento presente ou passado etc” (GIL, 2008, p. 121). Este foi aplicado entre os alunos acerca do entendimento da atividade exercida e do conhecimento adquirido na disciplina geografia tendo como enfoque atividades em educação ambiental.

3.5. Análise dos dados

As análises dos dados coletados foram realizadas seguindo os métodos de pesquisa. Das observações, entrevistas e questionários foram extraídas informações acerca das dificuldades, metodologias pedagógicas utilizadas, entendimento do conteúdo ministrado, a noção de educação ambiental, a organização dos professores entorno do projeto apresentado, a interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade acerca da educação ambiental, as experiências vividas durante a implantação, execução e conclusão do projeto. A partir disso, as análises foram realizadas articulando com o embasamento teórico, afim de compreender os como está o ensino em educação ambiental nas aulas de geografia.

Neste trabalho os professores foram denominados de professor A, que tem 4 (quatro) anos de atuação, e professor B, que tem 8 (oito) anos, e suas respostas são confrontadas não de forma depreciativa ou julgando suas atitudes, mas sim enriquecendo as observações dos eventos relacionados às atividades em educação ambiental

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. *Práxis* em educação ambiental: a aplicação de um projeto em educação ambiental em uma escola em Parintins.

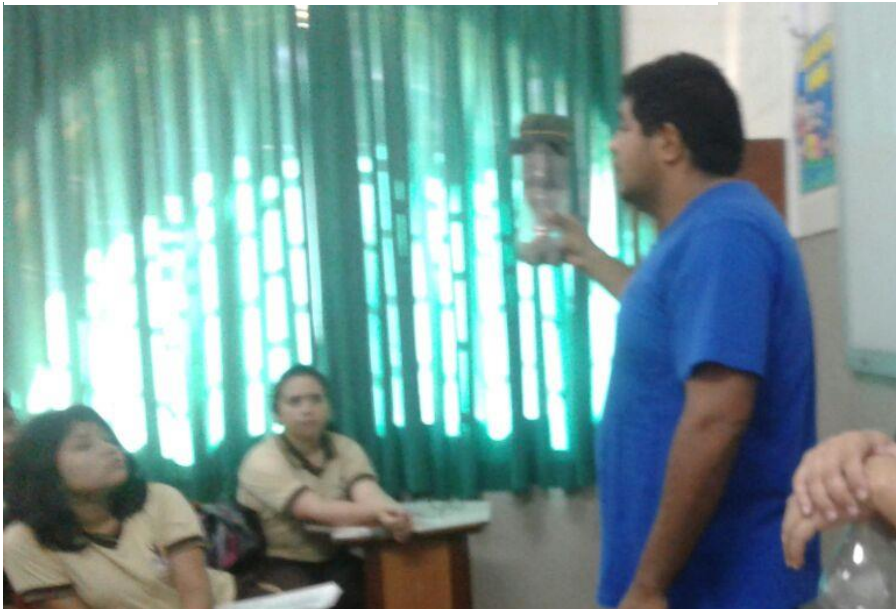
A formação de professores do curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tem em sua grade curricular a disciplina Estágio Supervisionado I e II que se enquadra no Artigo 82 da Lei Federal nº 9.394/96 onde se define que “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição” e na Lei Federal nº 6.494/77, que “dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de segundo grau e supletivo” como um dos meios de desenvolvimento e capacitação dos futuros formandos para a docência.

Esta disciplina requer que os acadêmicos realizem o estágio em uma escola da rede estadual de ensino das Amazonas na cidade de Parintins, nas séries do ensino fundamental e médio. Este trabalho nasceu dessa experiência proporcionada pelo estágio supervisionado em uma escola pública da rede estadual de ensino. A elaboração do teste trabalho tornou-se possível ao iniciar o projeto que teve como objetivo ensinar aos alunos os conceitos e as

práticas de reciclagem e reaproveitando de resíduos orgânico doméstico, compostagem, cultivo e plantio de mudas nas aulas de Geografia, como forma de sensibilização e educação ambiental para os alunos do ensino fundamental.

Foi desenvolvido o projeto “mãos que cuidam: a produção de compostagem, cultivo e plantio de mudas como instrumento para conscientização da educação ambiental de alunos do ensino fundamental em Parintins (AM). No contexto da doação de mudas foi logo associado a questão da Educação Ambiental, um tema transversal, para agregar ao projeto de doação da escola, o projeto ambiental foi adaptado a confecção de uma composteira caseira, a partir de garrafas PET para auxiliar no processo de reciclagem do produto. (figura 1).

Figura 1 – Apresentação do projeto.



Fonte: Barros (2017).

Nesse projeto foi relacionado temas sobre reciclagem com o cotidiano dos alunos. A partir disso, foi possível explicar que o aumento da população e da apropriação de ambiente e produção de lixo, todas as cidades deveriam ter coleta seletiva e aterro sanitário para comportar a enorme quantidade de resíduos produzidos. E com a sensibilização sobre o meio ambiente, a compostagem é um meio reciclável para criar esta reflexão sobre sociedade natureza.

No projeto mãos que cuidam os alunos foram os atores do cultivo e plantio de mudas como instrumento para educação ambiental e geográfico. Essa ação surgiu partir do questionamento sobre de qual forma os alunos estão compreendendo a educação ambiental

em sala de aula e em sua vida? Esta indagação se refere diretamente ao modo de ensino e necessidade de criar uma reflexão quanto a relação dos alunos com o meio ambiente natural e o construído.

E educação ambiental permite relacionar nas aulas de geografia o crescimento populacional urbano que interfere no meio ambiente pois faz parte das relações sociais. Ao se questionar sobre a forma como os alunos compreendem a educação ambiental, se faz necessário observar quais os meios pedagógicos que estão sendo utilizados pelos professores de geografia em sala de aula, e como estes meios interferem na aprendizagem dos alunos dentro da aula de geografia. Assim foi realizado durante o trabalho a observação desde os planos até as aulas em sala.

A observação das formas de atuações práticas do ensino dos professores em sala, proporcionou conviver com as decisões e formação de planos que o estágio supervisionado tem a função de oferecer. A observação da realidade escolar para futuros docentes é abordada por Saiki e Godoi (2007) como fundamental:

“O estágio Supervisionado tem um papel fundamental na formação do futuro professor. É o estágio tanto de observação e participação, como de regência, que possibilita ao aluno a vivência das relações no cotidiano escolar, adquirindo informações e habilidades para formar o novo profissional. (Saiki; Godoi, 2007, p. 27).

Esta relação de grande importância abastece as expectativas quanto as aulas que serão vivenciadas na docência. Ao entender as dificuldades que a prática irá oferecer, entende-se a importância desde evento, não só por sua exigência como disciplina mas sim pela sua importância profissional Saiko e Godoi (2007) argumentam:

A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado são significativos nos cursos de licenciatura, e não deveriam ser realizados apenas como um cumprimento da grade curricular, mas sim contextualizados e comprometidos como transformação social, unindo formação profissional e pessoal, responsabilidade individual e social. [...] são segmentos importantes na relação entre trabalho acadêmico e a aplicação de teorias, representando a articulação dos futuros professores com o espaço de trabalho, a escola, a sala de aula e as relações a serem construídas. (Saiki e Godoi, 2007).

Realmente utilizar-se do período do estágio para observação e intervenção com um projeto voltado a educação ambiental proporcionou estabelecer uma conexão entre o conteúdo didático do plano de aula da disciplina geografia e de um tema transversal. As observações nas aulas de geografia proporcionaram uma reflexão sobre a pratica dos professores tanto na atuação nos projetos das semanas educacionais da escola como nas aulas diárias em sala.

Observou-se que os professores de geografia se utilizam da Educação Ambiental em seus conteúdos da disciplina, as contextualizações dos problemas locais foram exploradas em níveis locais e nacionais. Atualidades de jornais foram abordados em conjunto com as propostas das aulas do calendário escolas. Em relação as individualidades dos professores, se obteve um incentivo a articulação e constata reformulação das práticas, reinventando as características do conteúdo didático sem existir perda no conteúdo do planejamento, mas sim criando uma articulação aos debates da educação ambiental.

Ao perceber que esta forma de ensino estimula nos alunos a curiosidade, ao compreender que os mesmos fazem parte de uma interligada vida de relações sociais, ambientais e culturais, ocorreu uma reflexão diante do exposto que o que foi ensinado na universidade este sendo utilizado no ensino.

Os alunos mostraram-se interessados quando as notícias recentes são unidas ao assunto da aula e debatida em um panorama local. Existiram sim dificuldades, mas não em relação as aulas, mas na soma de vários envolvimento aos quais os professores se engajam e são engajados, não é dito aqui que são forçados, mas que se fazem necessários nos eventos da escola. O projeto propiciando momentos de envolvimento entre alunos, professores, estagiários e funcionários.

O projeto foi apresentado nas salas nos tempos cedidos pelos professores, existindo explicações teóricas e práticas das atividades e técnicas de compostagem, como exercício de fixação e como produto final do trabalho que é a utilização das composteiras para auxiliar o crescimento de mudas de plantas. (Figura 2).

Figura 2 - Apresentação da composteira dos alunos.



Fonte: Barros (2017).

Em cada sala foi confeccionada uma composteira como aula demonstrativa, uma vez que a proposta fora que os alunos pudessem fazer as mesmas em suas casas. Os alunos que fizeram em suas residências ao final do cronograma apresentavam suas composteiras já com a semente em germinação.

A apresentação das composteiras confeccionadas pelos alunos teve um breve relato feito pelos alunos das condições nas quais após o período de confecção, mistura e plantio da semente até sua germinação. Estas etapas se tornaram muito esperadas pelos alunos que se sentiam orgulhosos dos seus feitos, incluindo o fato de os pais terem participado junto com seus filhos.

Figura 3 - Composteira confeccionada pelos alunos.



Fonte: Barros (2018).

O Projeto Mãos que Cuidam e outras programações foram apresentadas aos pais dos alunos e comunidade em geral, no segundo semestre de 2017. Foi observado grande aceitação e interesse tanto por parte dos alunos como dos professores e da comunidade que visitou as dependências da escola. Então o cronograma se estendeu do primeiro semestre até o segundo semestre quando ocorreu a feira do conhecimento do colégio e a doação das mudas foi realizada.

Os resultados deste projeto de compostagem realizado mesmo em pequenas porções, resultou em uma forma materializada de resíduos orgânicos, produzidos diariamente em casa,

sendo transformados em adubo orgânico que surpreendeu as expectativas do objetivo. Somando a coleta de todos os colaboradores o volume de resíduos e garrafas pets foi significativa. O trabalho teve importante papel social no contexto escolar, propiciando aprendizagem aos colaboradores. Desta forma, a educação ambiental é tema importante e muito discutido na atualidade, sua prática nas aulas de geografia é uma ótima proposta para transformar os conteúdos pedagógicos em empolgantes conversas das relações em diferentes níveis relacionais dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental nas escolas, salas de aula, não nasce do acaso, mas sim de uma atitude que procura envolver a todos de forma a despertar a sensibilização dos educandos com o mundo em que vivem e assim proporcionar cada vez mais qualidade de vida sem desprezar e destruir o meio ambiente. Devidamente planejada, esta incorpora atitudes de responsabilidades individuais, porém essa responsabilidade não se dá de forma solitária, requer o envolvimento de todos, incorporando as inquietações e os desejos dos docentes e educandos, tendo como objetivo tentar formar indivíduos com uma mentalidade comprometida em saber usufruir dos recursos que a natureza oferece, dessa forma estabelecendo o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.

Por meio da Lei da Educação Ambiental (Lei nº 9.795) esta é um componente essencial e permanente da educação nacional, necessitando estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Aplicar a Educação Ambiental sob a perspectiva da interdisciplinaridade, é muito diferente de uma aula construída de forma dissociada da realidade do indivíduo, uma vez que, a interdisciplinaridade a qual procura envolver os educandos significativamente a partir de temas relacionados ao meio ambiente e a realidade a qual estão inseridos. Desta forma, deve-se compreender que a Educação Ambiental não se trata de uma nova disciplina, mas deve ser integrada e de forma contínua.

Este trabalho não pretendeu esgotar o problema proposto. Dessa forma, faz necessário novas pesquisas e interações entre professores, alunos, estagiários, gestores, pedagogos e sociedade. Pretendeu-se instigar novas reflexões acerca do tema e seus desenvolvimentos na educação não se limitando apenas ao ensino de Geografia.

Ao apresentar essa proposta, espera-se contribuir para que os acadêmicos e docentes possam buscar o conhecimento sobre a Educação Ambiental, sua forma de interdisciplinaridade, bem como seus inúmeros benefícios pedagógicos acerca do tema. O comprometimento com a educação se deve a trabalhos iguais a este que inquietam o investigador, criando novas reflexões sobre diversos temas. Este em particular oferece aos cidadãos amazônicos da cidade de Parintins a compreensão de como este contexto de observação tem interferência na história não só de quem produz como de quem fez parte de suas ações.

Neste sentido, após a análise dos dados, a qual esta pesquisa proporcionou, conclui-se que cabe às decisões individuais de cada futuro educador munir-se de conexões entre todas

práticas docentes, a investigação revelou que os professores observados conhecem o significado e os benefícios da interdisciplinaridade, em nosso caso a educação ambiental nas aulas de geografia. No entanto, quando existe um evento como a semana do meio ambiente, na qual todos os professores são envolvidos, se tem uma responsabilidade para cada um dentro da sua disciplina de forma individual também. Desta forma, as práticas docentes da escola não se caracterizam como práticas interdisciplinares, no caso do projeto foi elaborado com a participação das disciplinas de química e história dentro do projeto de Geografia. A importância de explicar respectivamente a composição química e seus benefícios ao serem consumidas e revelar a história da mesma frente ao seu país de origem, não foi concretizada pois, na individualidade das disciplinas cada professor dedicou-se a sua matéria, este fato não denota um descompromisso com a própria prática docente, no que diz respeito em ser um profissional, mais sim que existiu uma demanda de planejamentos a serem realizados, os de conteúdo de sala de aula, de projeto da disciplina e mais o da geografia no caso. Refletindo sobre o observado se pode compreender que realmente deve existir um instinto no educador em acumular de forma constante uma formação que compreenda e possibilite a ele, ou seja, existe a necessidade de ser um pesquisador, para ter técnicas e conhecimentos para estar preparado aos desafios da vida de professor na qual investiu.

Procurou-se também investigar se fora dos projetos das semanas educacionais da escola os professores de geografia se utilizam da Educação Ambiental em seus conteúdos da disciplina, este espaço precisa refletir na individualidade dos professores, suas práticas e se reinventavam o conteúdo didático do planejamento articulando aos debates da educação ambiental. Foi uma satisfação perceber que existe uma busca pessoal dos profissionais com os quais observamos, em entrelaçar a educação ambiental aos conhecimentos sociais dos alunos. Comprovou-se diante do exposto que o que foi ensinado na universidade, sendo este o espaço responsável para formar e instigar os futuros profissionais da educação, ao criar a reflexão sobre as práticas de ensino e romper com as barreiras impostas ao saber, o educador assume a postura com a qual se espera do mesmo, a universidade é o lugar destinado construção do saber, e como observador acadêmico foi uma observação muito relevante e estimulante aos olhos de um futuro professor.

Assim, ao assumir a que a geografia tem nas mãos temas como a educação ambiental em seu currículo, mesmo não sendo exclusiva ou de responsabilidade somente dela, a efetiva variedade de ligações pedagógicas que ela oferece na construção interpessoal dos estudantes, possibilita uma permanente atitude crítica e de reflexão do compromisso e responsabilidade com o dever de educar e aprender. Não se deve esperar modelos prontos para seguir, soluções

salvadoras cabe ao educador ter a postura de um docente que deve ser de reflexão, compromisso e responsabilidade, para que se possa valorizar o que acontece nos espaços escolares atuais e que estão por vir.

Portanto, conclui-se que os docentes precisam assumir a postura de constante aperfeiçoamento, visando uma educação melhor. Dessa forma, espera-se que este trabalho possa contribuir para um aprofundamento na reflexão de todos aqueles que estão ligados de uma forma ou de outra com a responsabilidade direta na formação das gerações que virão e que estas possam estar preparadas para assumir e dirigir o futuro amazônico. Assim, espera-se que todos aqueles que se dedicam a profissão de educador poderão transformar o futuro do indivíduo da Amazônia melhor, não apenas para alguns, mais para muitos.

Ao acreditar que a Educação Ambiental é uma chave que interliga muitos temas do ensino regular e como prática pedagógica contextualizada com a realidade amazônica, nos faz pensar em uma educação que leva em conta o processo de formação total do homem amazônico, a responsabilidade com o futuro, no sentido de saber se apropriar de tudo que esta região oferece, sem precisar abrir mão da sua cultura, da sua identidade amazônica. Esta responsabilidade também é das universidades, em preparar profissionais a partir de um novo modelo desafiador de profissional. Comunica-se esta reflexão no espaço acadêmico e o mais importante, se comunica para além dos muros que delimitam o seu espaço físico, para a comunidade que é a principal interessada nos resultados das pesquisas que são realizadas por esta universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, João D'anuzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de pós-graduação em ciências humanas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo, 2013.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. São Paulo: Rev. ADM. MACKENZIE, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Temas da Geografia na Escola Básica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Trabalho de Campo no ensino da geografia na Escola de 1º e 2º graus**. Boletim Gaúcho de Geografia, 1984.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino de geografia na óis-modernidade. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia**. Porto Alegre, SC: ARTMED, 2007.

CELSO, Marcatto. **Educação Ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte, MG: FEAM, 2002.

COSTA LIMA, Gustavo da. **Questão Ambiental e educação: contribuições para o debate**. Campinas, SP: Ambiente e sociedade, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

JESUS, Abel Ribeiro de; MARQUES, Nikolas da Silva. **Cultivo da Moringa Oleífera: Dossiê técnico da Moringueira**. 2012 c Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Proposta pedagógica**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico (Org.). **Educação ambiental no Brasil**. TV ESCOLA, SALTO PARA O FUTURO, 2008.

Manual técnico de arborização urbana. Disponível em : <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MANUAL-ARBORIZACAO_22-01-15_.pdf > Acesso em 26 de marco de 2018.

MATOS, Maria Cordeiro de Farias Gouveia. **Panorama da educação ambiental Brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em educação, Faculdade de educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2009.

MIRANDA, Alexandre Borges; SANTOS, Deives Gabriel Bortolanza; SENIS, Lorenza Virginio; COMAR, Mario Vito. **Processo De Compostagem De Resíduos Orgânicos Gerados No Ceim Recanto Da Criança – Dourados/MS**. Disponível em: <<https://www.eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/322.pdf>> Acesso em 26 de março de 2018.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados, 2012.

PONTALTI, Edna Sueli. **Projeto de Educação Ambiental: Parque Cinturão Verde de Cianorte**. Disponível <<http://www.apromac.org.br>>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

RAMOS, Elisabeth Chistmann. **Educação ambiental: Evolução histórica, implicações teóricas e sociais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação e trabalho) - Curso de pós-graduação em educação e trabalho, Universidade Federal do Paraná, 1996.

RAMOS, Elisabeth Chistmann. **Educação ambiental: origem e perspectivas**. Curitiba, PR: Educar, 2001.

REGO, N. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Maria das Graças Gomes de. **Histórico da educação ambiental no Brasil**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Biologia), Universidade de Goiás; Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): Evolução e transformação**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TALAMONI, Ana Carolina B.; COSTA, Eilliane C. P.; PINHEIRO, Helena M. S.; PINHEIRO, Marcelo A. A. **Histórico da educação ambiental e sua relevância à preservação dos manguezais brasileiros**. In: PINHEIRO, M.A.A. & TALOMANI, A.C.B. (Org.). **Educação Ambiental sobre Manguezais**. São Vicente: UNESP, Instituto de Biociências, Câmpus do Litoral Paulista, 2018.

TANNOUS, Simone; GARCIA, Anice. **Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente**. Nucleous, 2008.

TRIGUEIRO, André. **Meio Ambiente no Século 21**. In: TRIGUEIRO, ANDRE. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento (Org.). Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008.